

"O Canadá tem a intenção de prejudicar comercialmente o Brasil em todas as áreas."

Renan Proença, presidente da Fiergs, sobre a suspensão das importações de carne bovina brasileira pelo Canadá, EUA e México, sob o argumento de prevenir a doença da vaca louca

## Censo e contra-senso



MARCELO  
CÔRTEZ  
NERI

O debate político brasileiro não só é maniqueísta, como monofásico, centrado a cada época em temas específicos. Tomemos as últimas eleições presidenciais: em 1994, o tópico foi a inflação. No pleito de 1998, foi a chamada crise de desemprego. No próximo sufrágio, o de 2002, parece que será a vez do social, lato senso. Por imposição da opinião pública, assim como pela colheita da nova safra de estatísticas sociais que se avizinha. Na qual o Censo 2000 ocupará lugar de destaque como fonte primária de informações, balizando expectativas, plataformas e, quiçá, a proposição de metas sociais palpáveis.

A cada eleição, excessos de retórica são cometidos, lado a lado. Passado algum tempo, o Plano Real passou a ser apresentado, além do escopo original de

estratégia de estabilização, como uma grande política de combate à pobreza. No pleito municipal de 1996, a sociedade rejeitou esse rótulo e votou, como nunca, movida por problemáticas locais. Sinais de amadurecimento, distinguindo condições necessárias globais das condições suficientes para a melhoria das condições de vida locais.

Em 1998, o desemprego metropolitano foi elevado ao status de principal problema social brasileiro. Exageros à parte, nas eleições 2000, a deterioração anterior ocorrida foi determinante do sucesso eleitoral da oposição nos grandes centros urbanos. Ao passo que o desempenho superior de áreas rurais e cidades pequenas e médias determinou melhor sorte aos três principais partidos da base governista. Cálculos sobre a PNAD-IBGE, revelam que, no período de 1996 a 1999, a taxa de crescimento da renda per capita nas cidades acima de 200 mil habitantes foi -2,2% a.a. contra 0,24% a.a. das áreas menos densamente povoadas (ver maiores detalhes no meu artigo "Diferentes histórias em diferentes cidades" publicado nesta coluna, em 19/09).

Do lançamento do Real para cá, o debate político evoluiu em várias frentes. Em primeiro lugar, a queda da inflação trouxe maior transparência aos orçamentos públicos e privados (af incluindo os familiares). Hoje, conseguimos analisar com maior propriedade os dados que surgem a cada momento e fazer projeções. Complementarmente, as informações coletadas e projetadas tendem a ser mais duradouras. O trabalho recente, coordenado por Edward Amadeo, que explicita os principais subsídios e renúncias fiscais incorridos pela união, constitui um bom exemplo dessa fase de horizontes mais longos e cristalinos.

Um outro avanço fundamental foi a incorporação no debate da noção de restrição orçamentária do Estado, impulsionada pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A nova lei, além de enquadrar os gastos dos governos ao limite de suas competências financeiras, começa a mudar a mentalidade da população. O bolso coletivo passa a ter dono: a sociedade. Essa mudança ficou patente nas discussões acerca do salário mínimo travadas este ano, nas quais a busca por fontes de

financiamento para o reajuste se tornou pré-requisito para qualquer discussão.

Não basta garantir a sustentabilidade financeira da coisa pública. É preciso também zelar pela qualidade social dos gastos. Mais uma vez, cabe separar os meios dos fins. A mudança que falta, a meu ver, é a avaliação sistemática do retorno social incorrido nas ações dos go-

**No pleito de 94, o tema foi inflação; em 98, desemprego; no de 2002, parece ser a vez do social, por demanda da sociedade e novos dados**

vernos. Nesse ponto, entra a adoção das metas sociais, que venho insistindo há algum tempo. O tema social é por demais amplo, prioridades precisam ser estabelecidas a fim de que esforços sejam canalizados para as melhores oportunidades, com ciência e participação da sociedade civil. A idéia seria as diversas esferas de governo se comprometerem com a trajetória futura de indicadores sociais sele-

cionados, como, por exemplo, escolaridade, longevidade e pobreza.

A implantação das metas sociais pode ser mais ou menos centralizada. De compromissos assumidos de cima para baixo às metas participativas, decididas em conjunto com a sociedade. De toda forma, será necessário um amplo acervo de informações para basear o novo sistema. O IBGE vem desenvolvendo trabalho exemplar nesse campo. O novo censo permitirá conhecer as novas realidades em todos recantos do país. Do quadro nacional ao local.

Por fim, gostaria de dar o meu testemunho, como usuário intensivo das pesquisas do IBGE, sobre a excelente qualidade do trabalho desenvolvido pelo instituto. Em particular, as críticas sensacionalistas à amostragem do Censo levantadas esta semana constituem, a meu ver, um contra-senso.

**Marcelo Côrtes Neri**, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras. E-mail: mneri@ibge.br